



## Renúncia Fiscal & Desenvolvimento

Alexandre Santos

Comentário de como a renúncia fiscal pode funcionar como excelente instrumento de estímulo ao crescimento econômico das comunidades mais frágeis.

*A renúncia fiscal é um excelente instrumento que o Estado pode usar para estimular o Crescimento Econômico de uma região e, desde que os beneficiários "não sejam os mesmos de sempre", representa uma forma magnífica de democratizar seu financiamento e seus efeitos*

Nos últimos dias um prestigiado deputado lançou, da Assembléia Legislativa, proposta para transformar o Memorial Arcoverde num grande parque de "sulanca". No seu entender, tal medida, além de dar alguma utilidade ao Elefante Branco de Salgadinho, grande marca do governo Joaquim Francisco, contribuiria para a redução do desemprego na Região Metropolitana do Recife.

Não se discute a extemporaneidade do tal Memorial Arcoverde que, além de ter garantido continuidade às obras que a construtora OAS fez para a administração Joaquim Francisco, nunca demonstrou pertinência social. Na realidade, num estado como Pernambuco, com tantos problemas pendentes, qualquer governo mais responsável teria considerado seu elevadíssimo custo social e não teria empregado um único centavo do erário público na sua construção. Mas, com o Elefante já construído, não nos resta alternativa a não ser lembrar constantemente às gerações futuras quem autorizou sua construção e, por outro lado, tentar descobrir uma forma de dar-lhe alguma utilidade. Não parece, no entanto, que aproveitar sua área para instalação de uma "sulanca" seja boa idéia.

Em nosso vocabulário a palavra "sulanca" está associada a instalação de um "paraíso fiscal" no qual pequenos comerciantes possam trabalhar livre da ganância do fisco e, portanto, possam operar preços convidativos aos consumidores, dinamizando, nessa esteira, a economia da região em que está instalada. De fato, a renúncia fiscal é um excelente instrumento que o Estado pode usar para estimular o Crescimento Econômico de uma região e, desde que os beneficiários "não sejam os mesmos de sempre", representa uma forma magnífica de democratizar seu financiamento e seus efeitos. A renúncia fiscal, como o nome já diz, indica que o Estado abdica do direito de cobrar impostos a uma determinada parcela da sociedade que, dessa forma, passa a ser subsidiada na sua atividade econômica. Em contrapartida, o volume monetário que o Estado deixa de receber, em razão da renúncia fiscal, deve ser compensado pela intensificação da arrecadação em outros setores. Assim, se a parte beneficiada pela renúncia fiscal for necessitada e a parte onerada pela intensificação arrecadadora for abastada, sua adoção significa o uso da *Política Fiscal* como instrumento de justiça social e de financiamento autônomo do Crescimento Econômico.

Até aí, tudo bem. De um lado, o Elefante Branco de Salgadinho precisa ser usado. De outro, o *Modelo Sulanca* indiscutivelmente consegue dinamizar a economia local. Não podemos esquecer, entretanto, que a Região Metropolitana do Recife é a campeão nacional do desemprego porque, no curso de um modelo econômico perverso, é o alvo principal das levadas migrantes de outras regiões mais sofridas. Assim, uma forma de reduzir suas mazelas é descentralizar os instrumentos de crescimento econômico disponíveis. Nesse sentido, se o governo do estado, que vem, no momento, atravessando uma grave crise financeira pensando, inclusive, em aumentar determinados impostos, cogitar de lançar mão da renúncia fiscal para estimular alguns setores da economia, deve levar em consideração a conveniência da descentralização econômica, criando "paraísos fiscais" para micros e pequenos empresários em locais do interior. Os pólos econômicos do interior seriam capazes de desviar parte dos movimentos migratórios, espargindo seus benefícios também sobre a população recifense. Se o bom senso prevalecer, ainda não será dessa vez que o Elefante Branco de Salgadinho, parido na gestão do Sr. Joaquim Francisco, demonstrará para que serve.

Alexandre Santos é presidente regional e dirigente nacional do Partido Solidarista Nacional  
Artigo publicado no Diário de Pernambuco, em 23 de novembro de 1995.